

A PLURALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA ILHA DA RITA E DISTRITO DO SAÍ – SÃO FRANCISCO DO SUL/SC

FERNANDA MARA BORBA*

CIBELE DALINA PIVA FERRARI**

ROBERTA NABUCO DE OLIVEIRA***

SANDRA P. L. DE CAMARGO GUEDES****

DIONE DA ROCHA BANDEIRA*****

Esta proposta de trabalho está vinculada a dois grandes projetos em andamento, financiados pela Universidade da Região de Joinville – Univille, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille – MPCS e que, por sua vez, estão ligados ao Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” cadastrado no CNPq. As pesquisas em questão têm por objetivo, apresentar os levantamentos, os estudos e as interpretações dos aspectos fundamentais da formação histórica e cultural da Ilha da Rita e do Distrito do Saí – São Francisco do Sul, Santa Catarina, reunindo informações e gerando conhecimento, de forma interdisciplinar, sobre o patrimônio cultural da região supracitada. Assim, este trabalho procura discutir os principais resultados encontrados pela equipe de pesquisadores, evidenciando a diversidade do patrimônio cultural existente na região em estudo.

São Francisco do Sul é um dos municípios que compõem a baía Babitonga, esta por sua vez, está situada no litoral norte de Santa Catarina, em torno da qual se localizam outros municípios – Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e

* Universidade da Região de Joinville – Univille, Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, bolsista CAPES.

** Universidade da Região de Joinville – Univille, Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, bolsista CAPES.

*** Universidade da Região de Joinville – Univille, Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade, bolsista Univille.

**** Universidade da Região de Joinville – Univille, Doutora em História, Orientadora.

***** Universidade da Região de Joinville – Univille, Doutora em Arqueologia, Orientadora.

Joinville – e caracteriza-se ainda pela presença de 24 ilhas. A Ilha da Rita e Distrito do Saí – composto pelas localidades de Vila da Glória, Praia Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin e Saí-Mirim – são marcados por diversas etnias e grupos sociais que estão presentes na historiografia da cidade. Porém tratando-se do patrimônio cultural, há uma valorização do centro da cidade devido à importância política e econômica que este representou e ainda representa à região; enquanto que o espaço abordado e seu patrimônio material e imaterial ficaram à margem de políticas públicas e estudos mais aprofundados.

A pesquisa conta com uma ampla revisão bibliográfica, com a análise de produções sobre a História do Brasil e especificamente a cidade de São Francisco do Sul e região, patrimônio cultural, memória e História Oral, identidade e representações sociais, bem como uma pesquisa documental nos acervos das instituições da cidade e nos diferentes arquivos dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Trabalhando com a perspectiva de uma análise qualitativa da documentação e visando contribuir com novos olhares para o patrimônio daquele espaço. As entrevistas orais de pessoas que estiveram e ainda estão ligadas ao patrimônio cultural da região serão de suma importância, pois as memórias “carregam marcas, trajetórias de vida, revelam singularidades e subjetividades, refazem, reconstróem e repensam com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 2001, p. 55). Dado que, “a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (MEIHY, 1996, p. 10). A metodologia da História Oral utilizada nas pesquisas estará em consonância com as diretrizes propostas pelo Laboratório de História Oral – LHO, da Univille e do Conselho de Ética em Pesquisa da Universidade. A partir das narrativas, podem ser problematizadas histórias do cotidiano, dos espaços e lugares, das práticas relacionadas à saúde, trabalho, educação, atividades culturais e religiosidade, percebendo as suas representações e diferentes visões do patrimônio cultural dentro do contexto regional.

O conceito de patrimônio cultural foi associado a diferentes significados ao longo dos anos, contudo, na contemporaneidade, tem-se tornado cada vez mais sobre os fatores identificadores e formadores da cidadania. A noção de origem, de pertencimento, se dá através da memória histórica, na maioria das vezes refletida

através da cultura material e imaterial, daí a importância da preservação do patrimônio.

Portanto,

o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social. As atividades destinadas a defini-lo; preservá-lo e difundi-lo, amparadas pelo prestígio histórico e simbólico dos bens patrimoniais incorrem quase sempre numa certa simulação ao sustentarem que a sociedade não está dividida em classes, etnias e grupos, ou quando afirmam que a grandiosidade e o prestígio acumulados por esses bens transcendem essas frações sociais (CANCLINI apud ARRUDA, 2006, p. 120).

Nesse sentido, verificando a realidade de São Francisco do Sul, esta abordagem é visualizada, já que é uma cidade que tem na sua formação a presença de diversas etnias e grupos sociais e que, seu patrimônio, da mesma forma, representa esta pluralidade. Entretanto, a Ilha da Rita e o Distrito do Saí, que estão distante geograficamente do Centro Histórico e todo o seu patrimônio cultural não estão inseridos nas abordagens presentes no discurso oficial da cidade, que tem no seu Centro Histórico, tombado pelo IPHAN desde 1987, a representação maior de seu patrimônio, que potencializa a identidade coletiva e promove a preservação daqueles bens culturais, com aproveitamento da infra-estrutura de área central e do incremento da indústria turística (FUNARI, 2009, p. 29). O fator turístico se utiliza da cultura como recurso econômico e político, podendo perder a sua essência ao servir a interesses que envolvam questões de poder (YÚDICE, 2006). Essa característica foi bastante notada, em 2004, quando a cidade hipoteticamente completou 500 anos e foi palco de inúmeros eventos, contando com a publicação de vários livros, ganhando espaço na mídia estadual e nacional de forma relevante.

A Ilha da Rita e o Distrito do Saí eram separadas pela baía, onde o acesso por terra foi feito apenas em meados do século XX, resultando em uma ocupação com características culturais próprias, desconsideradas pela maioria das obras que abordam a história de São Francisco do Sul ou as análises sobre o patrimônio cultural da região. Nesse sentido, o presente trabalho pretende minimizar esta situação, buscando e interpretando informações sobre o patrimônio cultural presente nesses espaços e reconhecendo sua importância.

A cidade de São Francisco do Sul, que se originou como consequência da expansão portuguesa no litoral sul, “desenvolveu de forma real e, às vezes, imaginária

uma relação com a França”, decorrente da viagem dos franceses Gonville, há 500 anos e, depois, de Saint-Hilaire em 1820 – esta última, resultando a obra publicada em Paris em 1851, traduzida por Carlos da C. Pereira em 1936 (SANTOS e NACKE e REIS, 2004. p. 11). Também na década de 1840, franceses inspirados por C. Fourier implantaram uma comunidade socialista na Ponta do Saí, hoje Vila da Glória, no continente do município. “Ainda no século XIX, a doutrina de A. Kardec (França), teve adesão de um grupo de intelectuais e líderes comunitários da cidade, em oposição à Igreja Católica, fundando em 1895 o Cento Espírita “Caridade de Jesus” (SANTOS e NACKE e REIS, 2004. p. 11). Trata-se ainda de região rica em vestígios pré-coloniais, apresentando um rico patrimônio cultural, porém, como já mencionado, a maior parte deste patrimônio não é suficientemente conhecido e ainda há extensas áreas onde ele sequer foi registrado.

No noroeste da Ilha da Rita, encontra-se um sítio arqueológico de tipologia sambaqui próximo a uma pequena praia que serve como ancoradouro auxiliar. Este patrimônio também está presente no Distrito do Saí, entretanto não há nenhum sítio pesquisado até o momento – situação semelhante pode ser verificada dos sítios históricos, igualmente desconhecidos (BANDEIRA, 2000).

A Ilha destaca-se na história do Brasil, especialmente na primeira metade do século XX, quando foi utilizada pela Marinha Brasileira como posto de abastecimento de água potável e óleo combustível aos navios. Como o espaço não possuía nascente de água potável, foram adquiridas terras de uma fazenda no Distrito do Saí, onde havia uma nascente, e a água era conduzida até a Ilha – “antes da construção dos reservatórios na Ilha, os navios eram abastecidos com água através de barcas que a coletavam nessa área” (COELHO e THIAGO, 2001, p. 50). A base naval foi inaugurada em 1940, estando presente o então Presidente da República Getúlio Vargas, e atingiu seu auge de utilização durante a Segunda Guerra Mundial, entre as décadas de 1940 e 1960, como ponto militar de importância estratégica. Neste período, a Ilha contou com a presença de militares, contribuindo com intercâmbio cultural na região entre os habitantes da Ilha, do Distrito do Saí e de São Francisco do Sul (COELHO e THIAGO, 2001, p. 55). Faz-se necessário frisar que a construção da base naval na Ilha vinha ao encontro das preocupações do Exército Brasileiro com a região que contava com uma grande população de imigrantes alemães, causando grande apreensão ao Governo de Vargas

(GUEDES, 2008). Devido o fim da Segunda Guerra Mundial, a Ilha foi perdendo sua função como base naval e, em 1968, a Marinha a devolveu ao Município de São Francisco de Sul que continuou utilizando-a como posto de abastecimento de navios, sob responsabilidade do Porto de São Francisco do Sul. Com a modernização do Porto, esta função também acabou caindo em desuso e outras foram pensadas, mas dada a impossibilidade de efetivação, a Ilha foi abandonada. Após algumas negociações, em 1999, a Ilha foi cedida à Universidade da Região de Joinville – Univille, que desde então, desenvolve diversos estudos e projetos no espaço – especialmente pelos Departamentos de Ciências Biológicas, Geografia, Engenharia Ambiental e Biologia Marinha. A inclusão de estudos na área de patrimônio cultural é recente, iniciando com a Dissertação defendida no Programa de Mestrado da Universidade (BOHN, 2010), que explora as identidades e heranças culturais de moradores da Vila da Glória e Distrito do Saí em relação à Ilha da Rita, e com os trabalhos do Grupo de Pesquisa “Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural”, ligado ao Departamento de História e ao Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Instituição, que vê a necessidade de pesquisas relacionadas ao patrimônio histórico e arqueológico existente na Ilha.

Exceções historiográficas a respeito do Distrito devem ser atribuídas ao trabalho pioneiro sobre a experiência fourierista de imigrantes franceses no Saí, iniciada em 1842 – a primeira no país – fruto do contexto utópico europeu, servindo ao interesses de ocupação da região do Império (THIAGO, 1995). A idéia de inserção dessa comunidade associativista era a implantação de uma colônia industrial, o que levou o Império a facilitar a iniciativa. A experiência fracassou, diante de diversos motivos, permanecendo alguns imigrantes no Saí e outros tomando diferentes rumos na nova pátria, insatisfeitos com o fracasso da experiência e a falta de estrutura no local. Dos que permaneceram, sabem-se das dificuldades causadas pelo número reduzido de membros, algumas atividades econômicas de subsistência e o intercâmbio econômico com a cidade de São Francisco do Sul. O Falanstério do Saí, marcou a história local e deixou traços significativos na região, porém outras ocupações de grande relevância no Distrito ainda precisam ser pesquisadas, como a dos luso-brasileiros vicentistas, que ocuparam a região desde o século XVIII.

Embora a região seja mais conhecida pela colonização implantada no século XIX, a partir da imigração europeia, a ocupação da região deixou inúmeros vestígios

provindos da distribuição de terras através de sesmarias e a conseqüente presença escrava e os embates com indígenas. A distribuição de sesmarias deve ser abordada numa perspectiva de entender o processo de produção econômica do Brasil colonial e imperial onde se destaca a cana de açúcar e a mandioca e a mão de obra escrava. Deve-se considerar, ainda, seus descendentes e vestígios que ainda estão presentes na região e podem referenciar a pluralidade das manifestações culturais, carregados de memória que, “valoriza-se e institui-se em um patrimônio cultural” (LE GOFF, 1994, 542).

Diante da caracterização dos espaços e os problemas verificados, é necessário lembrar a importância de instituições e de toda a sociedade em valorizar e ampliar a discussão sobre o patrimônio cultural, possibilitando a visibilidade da diversidade e especialmente o reconhecimento da cidadania, pois

ela implica reconhecimento dos “direitos culturais” de diferentes grupos que compõem uma sociedade, entre eles o direito à memória, ao acesso à cultura e a liberdade de criar, com também reconhecimento de que produzir e consumir cultura, são fatores fundamentais para o desenvolvimento da personalidade e da sociabilidade. (FONSECA, 2009, p. 74).

Nesta perspectiva, o diálogo deve estar presente nas políticas que tangem a questão do patrimônio, dando voz aos diversos grupos que compõem a sociedade, para que estes possam ter acesso à pluralidade das manifestações culturais onde estão inseridos, em contraposição ao discurso oficial presente nas políticas de patrimônio que, geralmente são conservadoras e elitistas, uma vez que os critérios de preservação e proteção acabam por privilegiar os grupos identificados com as classes dominantes (FONSECA, 2009, p. 61-62). O acesso à construção de novas discussões e abordagens dos processos históricos e culturais de cada espaço, possibilitam novos processos de representação, pois as identidades podem ser deslocadas e, estão em constante mutação:

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2005, p. 11)

E, o “deslocamento tem características positivas”, ele desarticula as identidades estáveis do passado, abrindo possibilidades de novas articulações, a criação de novas identidades, produção de novos sujeitos (LACLAU *apud* HALL, 2005, p. 17). Dessa forma, justifica-se a construção interdisciplinar de novas abordagens com informações vindas da História, da Arqueologia, da Sociologia e Antropologia, contemplando a

pluralidade do patrimônio cultural, de maneira ampla, contribuindo aos processos de identificação da comunidade local e de iniciativas públicas mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. O Patrimônio imaterial: a cidadania do patrimônio dos “sem eira nem beira”. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 117-144, 2006.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Arqueologia Pré-colonial do Litoral Norte de Santa Catarina – Balanço Preliminar da Produção Científica. **Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - 1997**. CD Room, Rio de Janeiro, 2000.

BOHN, Letícia Ribas Diefenthaler. **Patrimônio histórico cultural da Ilha da Rita: refletindo sobre identidades e herança cultural**. 2010. 99 p. Dissertação. (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COELHO, Ilanil; THIAGO, Raquel S. A Univille na história da paisagem da ilha da Rita. **Revista da Univille**. v. 6, n. 2, 2001. p. 49-61.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 56-76.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marília Gervasi. **O exército e a cidade**. Joinville: UNIVILLE, 2008.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DPLA, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade Cultural e Arqueologia. **Revista do IPHAN**, Rio de Janeiro, n. 20, 1984. p. 33-36.

PEREIRA, Carlos da C. **História de São Francisco do Sul**. Florianópolis: UFSC, 1984.

PORTELLI, Alessandro. TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO – Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, abr. 1997.

SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Anelise; REIS, Maria José. **São Francisco do Sul – muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SEIBEL, N. T.; ARNHOLD, D. A. H., BERGER, A. **São Francisco do Sul, 500 anos, Construções Históricas**. Joinville: SPA, 2004.

THIAGO, Raquel S. **Fourier: utopia e esperança na Península do Saí**. Blumenau: FURB, 1995.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.